

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Brandão, Helena Hathsue Nagamine.

B733i Introdução à análise do discurso / Helena H. Nagamine Brandão.
– 2ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

1. Análise do discurso. 2. Atos de fala (Linguística). I. Título.

	CDD	415
ISBN 85-268-0670-X		412.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso	415
2. Atos de fala (Linguística)	412.1

Copyright © by Helena Hathsue Nagamine Brandão
Copyright © 2004 by Editora da UNICAMP

1ª edição, 1999
3ª reimpressão, 2007

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

INTRODUÇÃO

Língua/Linguagem: uma abordagem interacional

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as. No nosso caso, a referência a Saussure deve-se, sobretudo, a sua célebre concepção dicotômica entre a língua e a fala. Embora reconhecendo o valor da revolução linguística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos.

Dentre os que sentiram essa camisa de força que colocava como objeto da linguística apenas a língua, tendo-a como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo, está Bakhtin (Voloshinov, 1929) que, com seus estudos, antecipa de muito as orientações da linguística moderna.

Palmilhando a trilha aberta por Saussure, parte também do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. No entanto, afasta-se do mestre genebrino ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO*Esboço histórico*

Pode-se afirmar com Maingueneau (1976) que foram os formalistas russos que abriram espaço para a entrada no campo dos estudos lingüísticos daquilo que se chamaria mais tarde *discurso*. Operando com o texto e nele buscando uma lógica de encadeamentos “transfrásticos”, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua. Essa abertura em direção ao discurso não chega, entretanto, às últimas conseqüências, pois seus seguidores, os estruturalistas, propõem-se como objetivo estudar a estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo” e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade.

Os anos 50 serão decisivos para a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina. De um lado, surge o trabalho de Harris (*Discourse analysis*, 1952), que mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da lingüística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos) e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação.

Esses trabalhos já apontam para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais européia.

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso.

Numa direção diferente, Benveniste, ao afirmar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em “posição” do locutor, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial.

Segundo Orlandi (1986), essas duas direções vão marcar duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso: uma que a entende como uma extensão da lingüística (que corresponderia à perspectiva americana) e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da lingüística, principalmente na área da semântica (que corresponderia à perspectiva européia).

Conforme essa visão, o conceito de teoria do discurso como extensão da lingüística, aplicado à perspectiva teórica americana, justifica-se pelo fato de nela se considerarem

frase e texto como elementos isomórficos, cujas análises se diferenciam apenas em graus de complexidade. Vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem.

Embora a gramática se enriqueça e ganhe nova orientação com questões colocadas pela pragmática e pela sociolinguística, não se processa uma ruptura fundamental, pois a questão do sentido continua sendo tratada, essencialmente, no interior do lingüístico:

A contribuição da Sociolinguística, nesse sentido, é a de que se deve observar o uso atual da linguagem; e a da Pragmática é a de que a linguagem em uso deve ser estudada em termos dos atos de fala. Embora essas questões indiquem uma certa mudança em relação à dominância dos estudos da gramática, não produzem um rompimento maior mas apenas o de se acrescentar um outro componente à gramática. O discurso caracteriza-se como o que vem a mais, o que vem depois, o que se acrescenta. Em suma, o secundário, o contingente (Orlandi, 1986, p. 108).

Numa perspectiva oposta à dessa concepção da análise do discurso como extensão da lingüística, Orlandi aponta uma tendência européia que, partindo de “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer”, coloca a exterioridade como marca fundamental. Esse pressuposto exige um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma lingüística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem.

A perspectiva teórica francesa

Para Maingueneau (1987), a chamada “escola francesa de análise do discurso” (que abreviaremos AD) filia-se:

- a uma certa tradição intelectual européia (e sobretudo da França) acostuada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos;
- e a uma certa prática escolar que é a da “explicação de texto”, muito em voga na França, do colégio à universidade, nos idos anteriores a 1960. Para A. Culioli (apud Maingueneau, 1987, p. 6), “a França é um país em que a literatura exerceu um grande papel e pode-se perguntar se a análise do discurso não é uma maneira de substituir a explicação de texto enquanto exercício escolar”.

Inscrevendo-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, a AD vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento e assiste-se a uma verdadeira proliferação dos usos da expressão “análise do discurso”. A polissemia de que se investe o termo “discurso” nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos faz com que a AD se mova num terreno mais ou menos fluido. Ela busca, dessa forma, definir o seu campo de atuação, procurando analisar inicialmente *corpora* tipologicamente mais marcados — sobretudo nos discursos políticos de esquerda — e textos impressos. Sente-se a ne-

cessidade de critérios mais precisos para delimitar o campo da AD a fim de se chegar a sua especificidade. Definida inicialmente como “o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado”, a AD se apóia sobre conceitos e métodos da lingüística (“A AD pressupõe a Lingüística e é pressupondo a Lingüística que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas”, Orlandi, 1986, p. 110). Se por um lado esse pressuposto teórico e metodológico da lingüística distingue a AD das outras áreas das ciências humanas com as quais confina (história, sociologia, psicologia etc.), por outro, entretanto, não será suficiente para, por si só, marcar a sua especificidade no interior dos estudos da linguagem, sob o risco de permanecer numa lingüística imanente. Será necessário considerar outras dimensões, como as que aponta Maingueneau (1987):

- o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso;
- o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência socioideológica:

Uma prática discursiva não pode se explicar senão em função de uma dupla competência: 1. uma competência específica,

sistema interiorizado de regras especificamente lingüísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas — o indivíduo *eu* utilizando essas regras de maneira específica (*performance*); 2. uma competência ideológica ou geral que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das significações novas (Slakta, 1971, p. 110).

Preconizando, assim, um quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico, na AD, dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da *Arqueologia do saber* que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.

O conceito de ideologia

Matizado por nuances significativas, o termo ideologia é ainda hoje uma noção confusa e controversa. Antes de abordar o conceito de ideologia em Althusser, serão expostas algumas colocações sobre o fenômeno ideológico feitas por Marx, do qual o primeiro é tributário, e, em seguida, algumas considerações de Ricoeur (1977), que retoma uma visão interessante de Jaques Ellul sobre o fenômeno ideológico.

Segundo Chauí (1981), o termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810 na obra *Elements de idéologie*, nasceu como sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as idéias “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (p. 23). Entendida como “ciência positiva do espírito”, ela se opunha à metafísica, à teologia e à psicologia pela exatidão e rigor científicos que se propunham como método.

Contrariando esse significado original, o termo passa a ter um sentido pejorativo pela primeira vez com Napoleão, que qualifica os ideólogos franceses de “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos (para o poder) por causa do seu desconhecimento dos problemas concretos” (Reboul, 1980, p. 17). A ideologia passa a ser vista então como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamento objetivo, e perigosa para a ordem estabelecida.

Em Marx

Em Marx e Engels, vamos encontrar o termo “ideologia” também impregnado de uma carga semântica negativa. À semelhança de Napoleão, que criticara os filósofos franceses, Marx e Engels condenam a “maneira de ver abstrata e ideológica” dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, o laço entre sua crítica e seu próprio meio material” (1965, p. 14).

Marx e Engels identificam “ideologia” com a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais

e históricas em que são produzidas. Por isso é que eles tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação puramente empírica: os dados da realidade que são “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, aquelas que já encontram a sua espera e aquelas que surgem com a sua própria ação” (p. 14).

Dessa forma, citando novamente Marx e Engels, a “produção de idéias, de concepções e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real”. Conseqüentemente, “a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura social e política e a produção”.

No entanto, o que as ideologias fazem, segundo Marx e Engels, é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, como ocorre com a refração da imagem numa câmara escura. Metaforicamente, essa inversão da imagem, isto é, o “descer do céu para a terra em vez de ir da terra para o céu” que ele denuncia nos filósofos alemães, representa o desvio de percurso que consiste em partir das idéias para se chegar à realidade.

Segundo Chauí (1980), é nesse momento que, para Marx, nasce

a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores — os teóricos, os ideólogos, os intelectuais — não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias (p. 65).

Essa separação entre trabalho intelectual e trabalho material dá uma aparente autonomia ao primeiro, isto é, às idéias que, autonomizadas e prevalecendo sobre o segundo, passam a ser expressão das idéias da classe dominante:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. [...] Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época (Marx e Engels, 1965, p. 14).

É na seqüência dessas colocações que Chauí (1980) chega então à caracterização da ideologia segundo a concepção marxista. Ela é um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, e por isso

permanece sempre no plano imediato do aparecer social...
o aparecer social é o modo de ser do social de ponta-cabeça.

A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isto significa que uma ideologia sempre possui uma base real, só que essa base está de ponta-cabeça, é a aparência social (p. 105).

Para criar na consciência dos homens essa visão ilusória da realidade como se fosse realidade, a ideologia organiza-se “como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1980, p. 113). Ela se apresenta, ao mesmo tempo, como explicação teórica e prática. Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos” que preservem a coerência do seu sistema.

Dessa forma, se em Marx o termo “ideologia” parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida para a elaboração de sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa. A ideologia a que ele se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante.

Em Althusser

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970), Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores — ARE — (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos — AIE — (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. Dentre as diferenças que Althusser estabelece entre os ARE e os AIE estaria sua forma de funcionamento: enquanto que os primeiros “funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia”; inversamente os segundos “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica” (p. 47).

Althusser assinala que, como todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos AIE, a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem as condições necessárias para reprodução das relações de produção.

Na segunda parte de seu ensaio, Althusser retoma as indagações sobre o conceito de ideologia, mas não mais sob o enfoque da problemática dos AIE e da reprodução que gira em

torno de um uso específico do conceito, o de “ideologia dominante”. Nessa parte do seu estudo, ele vai se aplicar à conceituação do que entende por ideologia em geral, que lhe é distinta das ideologias particulares, “que exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (p. 12).

Sua “ideologia em geral” seria, no fundo, a “abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” e, para explicá-la, formula três hipóteses:

a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”.

Com esta tese, Althusser se opõe à concepção simplista de ideologia como representação mecânica (ou “mimética”) da realidade; para ele, o problema da ideologia se coloca de outra forma: a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária. Acentua o caráter imaginário, o aspecto, por assim dizer, “produtivo” da ideologia, pois o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. O imaginário é o modo como o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida. Sendo essas relações imaginárias, isto é, representadas simbolicamente, abstratamente, supõem um distanciamento da realidade. E esse distanciamento pode ser “a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de existência reais do homem, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens” (p. 80).

b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”.

Para explicar sua tese, Althusser parte da colocação feita por uma corrente idealista que reduz a ideologia a idéias dotadas por definição de existência espiritual; em outras palavras, o comportamento (material) de “um sujeito dotado de uma consciência em que forma livremente, ou reconhece livremente, as idéias em que crê”, decorre naturalmente dessas idéias que constituem a sua crença. Reconhece-se, dessa forma, que as idéias de um sujeito existem ou devem existir nos seus atos, e se isso não acontece, emprestam-se-lhes outras idéias correspondentes aos atos que ele realiza.

Para Althusser, entretanto, essas idéias deixam de ter uma existência ideal, espiritual, e ganham materialidade na medida em que sua existência só é possível no seio de “um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais governadas por um ritual material, práticas que existem nas ações materiais de um sujeito” (McLennan et al., 1977, p. 125).

A existência da ideologia é, portanto, material, porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Isso leva Althusser a concluir que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia.

c) “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”.

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re)conhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível.

Em Ricoeur

O fenômeno ideológico tem sido fortemente marcado pelo marxismo. Sem querer combater Marx ou ir a seu favor, Paul Ricoeur alerta para uma tendência que se faz sentir sob a influência de se fazer uma interpretação redutora do fenômeno ideológico partindo de uma análise em termos de classes sociais. Interpretação redutora porque ela define ideologia apenas por sua função de justificação dos interesses de uma classe, a dominante.

Uma definição de ideologia que a reduz às funções de dominação e de justificação é que nos leva a aceitar, sem crítica, a identificação de ideologia com as noções de erro, mentira, ilusão. Ele não nega a existência de tais funções, mas, antes de chegar a ela, diz ser preciso entender uma função anterior e básica que concerne à ideologia em geral. Ele analisa o conceito de ideologia em três instâncias:

a) Função geral da ideologia

lingüístico (1979, p. 247). Com essa ressalva, destacaremos dentre as suas idéias, enquanto contribuição para o estudo da linguagem, os seguintes itens:

- a) a concepção do discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes, e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com as outras práticas não-discursivas;
- b) o conceito de “formação discursiva”, cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas “regras de formação”;
- c) dentre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação (que em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso) e o enunciado (que passa a funcionar como a unidade lingüística básica, abandonando-se, dessa forma, a noção de sentença ou frase gramatical com essa função);
- d) a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquivas e também como luta (1974, p. 6);
- e) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder;
- f) a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder.

Língua, discurso e ideologia

Pêcheux (1977) desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, considerada do ponto de vista da categoria da contradição e conclui sobre a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista”. É justamente visando a uma articulação entre a concepção de discurso de Foucault e uma teoria materialista do discurso que Pêcheux e Fuchs (1975) preconizam um quadro epistemológico geral da AD que englobe três regiões do conhecimento:

- 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- 2) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Acrescente-se ainda que essas três regiões — cujos conceitos básicos são os de formação social, língua e discurso — de difícil articulação, estão de uma certa maneira atravessadas pela referência a uma teoria da subjetividade — de natureza psicanalítica.

Pêcheux (1975, p. 17) procura elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso, partindo de um duplo ponto de vista:

- a semântica não é, como se tem considerado, uma “parte da lingüística” da mesma forma que a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Ela “constitui, na realidade, para a lin-

güística o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam esta disciplina sob a forma de tendência, direções de pesquisa, escolas lingüísticas etc.”;

- é justamente neste “ponto nodal” representado pela semântica que a lingüística confina com a filosofia e especificamente, na sua perspectiva, com a ciência das formações sociais ou o materialismo histórico.

Fazendo uma caracterização da situação atual da lingüística, Pêcheux identifica três principais tendências:

- 1) A tendência formalista-logicista, representada pela escola chomskiana, enquanto desenvolvimento crítico do estruturalismo lingüístico através das teorias “gerativas”. Ela se assenta filosoficamente nos trabalhos da escola de Port-Royal (Chomsky, Fillmore, Lakof, McCawley).
- 2) A tendência histórica, conhecida desde o século XIX como “lingüística histórica” (Brunot, Meillet), desembocando hoje nas teorias da variação e da mudança lingüística geo, etno, sociolingüística (M. Cohen, V. Weinreich, Labov e de um ponto de vista menos teórico, B. Bernstein).
- 3) Uma terceira tendência que constituiria uma “lingüística da fala” (ou da “enunciação”, da “*performance*”, da “mensagem”, do “texto”, do “discurso” etc.) em que o acento no primado lingüístico da comunicação faz reativar certas preocupações da retórica e da poética. Essa tendência desemboca numa lingüística do estilo como desvio, transgressão etc. e numa lingüística do diálogo como jogo de afrontamento (R. Jakobson, Benveniste, Ducrot, Barthes, Greimas, Kristeva).

Essas três tendências estão ligadas por relações contraditórias quer se opondo, quer se combinando, quer se subordinando uma à outra. Por exemplo, a tendência histórica liga-se estranhamente à formalista-logicista por diferentes formas intermediárias (o funcionalismo, o distribucionalismo etc.); a lingüística da enunciação mantém também uma relação contraditória com o formalismo-logicista, principalmente com a filosofia analítica da escola de Oxford (Austin, Searle, Strawson etc.), ao abordar os problemas da pressuposição.

Uma contradição comum que opõe a primeira tendência às duas outras é aquela que liga a “*langue*” ao mesmo tempo à “história” (2ª tendência) e aos “sujeitos falantes” (3ª tendência) ou, em outros termos, “uma contradição entre sistema lingüístico (a *langue*) e determinações não-sistêmicas que, à margem do sistema se opõem a ele e intervêm sobre ele” (p.19). Essa contradição que constitui justamente o objeto da “semântica” estaria no centro das pesquisas lingüísticas atuais. Pêcheux não se propõe, em seu trabalho, a resolver essa contradição, mas a contribuir para o aprofundamento da análise dessa contradição através de uma posição firmada no materialismo histórico.

Essa intervenção da filosofia materialista no domínio da lingüística, em vez de trazer soluções, consistirá antes de tudo em colocar uma série de questões sobre seus próprios “objetos” e sobre a relação da própria lingüística com um outro domínio científico, o da ciência das formações sociais.

Mecanismos lingüísticos como, por exemplo, a oposição, mencionada por Pêcheux (1975, p. 35), entre explicação/determinação (propriedades morfológicas e sintáticas ligadas ao funcionamento das relativas), que constituem ao mesmo tempo fenômenos lingüísticos e lugares de questões

filosóficas, fazem parte de uma zona de articulação da lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos:

o sistema da *lingua* é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo *discurso*: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados (p. 81).

Pêcheux coloca, dessa forma, duas noções fundamentais e opostas:

- a noção de *base lingüística* que constitui precisamente o objeto da lingüística e compreende todo o sistema lingüístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Dotado de uma relativa autonomia, o sistema lingüístico é regido por leis internas;
- a noção de *processo discursivo-ideológico* que se desenvolve sobre a base dessas leis internas; rejeita-se, assim, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização “acidental” dos sistemas lingüísticos ou enquanto “parole”, isto é, uma maneira “concreta” de habitar a “abstração” da “langue”. O conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. A preocupação de Pêcheux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, pois reconhece, citando Balibar, que, se a língua é indi-

ferente à divisão de classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema lingüístico), estas (as classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos.

Essa distinção fundamental leva a reconhecer que:

- a língua constitui a condição de possibilidade do “discurso”, pois é uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado;
- os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

Segundo essa perspectiva, se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso.

Condições de produção do discurso

Para Courtine (1981), as origens da noção de condições de produção (que abreviaremos CP) são de três ordens:

- a) origina-se em primeiro lugar da análise do conteúdo tal como é praticada sobretudo na psicologia social;

- b) origina-se indiretamente da sociolinguística na medida em que esta admite variáveis sociológicas (“o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação...”) como responsáveis pelas CPs do discurso;
- c) tem uma origem implícita no texto de Harris, *Discourse analysis* (1952): nele não figura o termo CP, mas o termo “situação”, colocado em correlação com o de “discurso” ao referir-se ao fato de se dever considerar como fazendo parte do discurso apenas as frases “que foram pronunciadas ou escritas umas em seguida das outras por uma ou várias pessoas em uma só situação” ou de estabelecer uma correlação entre as características individuais de um enunciado e “as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente” (apud Courtine, 1981, p. 20).

Essa noção de situação se mostra insuficiente e ainda bastante próxima da formulação de CP elaborada pela análise de conteúdo da psicologia social ou da sociolinguística.

Na seqüência dessas concepções de origem, dois conjuntos de definição da noção de CP se sucederam:

- um nomeado por Courtine (1981, p. 21) como “definições empíricas” em que “as CPs do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação”;
- outro que forma um conjunto de “definições teóricas” que aparecem na AD desde 1971 ao lado da noção de “formação discursiva” (Haroche et al., 1971, p. 102).

Foi Pêcheux (1969) quem tentou fazer a primeira definição empírica geral da noção de CP. Ele o fez inscrevendo a noção no esquema “informacional” da comunicação elaborado por Jakobson (1963, p. 214); esquema que, apresentando a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente” permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso. A contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia”. Assim, no interior de uma instituição escolar há “o lugar” do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso.

Segundo Courtine (1981), essa tentativa de definição da noção de CP, esboçada por Pêcheux, não rompe, entretanto, com as origens psicossociológicas já assinaladas na fase anterior. Para ele, “os termos ‘imagem’ ou ‘formação imaginária’ poderiam perfeitamente ser substituídos pela noção de ‘papel’ tal como é utilizada nas ‘teorias do papel’ herdadas da sociologia funcionalista de Parsons, ou ainda do interacionismo psicossociológico de Goffman” (p. 22).

É, por exemplo, essa postura que Courtine detecta no trabalho em que Courdresses (1971) analisa as diferenças enunciativas que caracterizam os discursos de Blum e Thorez. Nele, as CPs são formuladas de modo que assegurem a “passagem contínua da história (a conjuntura e o estado das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologias que nele se manifestam) pela mediação de uma caracterização psicossociológica (as relações do indivíduo ao grupo) de uma situação de enunciação” (p. 22). Sob esse enfoque, a relação entre língua e discurso, mediatizada pelo psicossociológico, apaga as determinações propriamente históricas, fazendo com que a caracterização do processo da enunciação em cada discurso não seja relacionada ao efeito de uma conjuntura, mas às características individuais de cada locutor ou ainda às relações interindividuais que se manifestam no seio de um grupo. Na noção de CP assim definida, o plano psicossociológico domina o plano histórico, não havendo uma hierarquização teórica dos planos de referência.

Courtine propõe uma definição de CP que não seja atraída por essa operação psicologizante das determinações históricas do discurso, fazendo-as transformar-se em simples circunstâncias. Circunstâncias em que interagem os “sujeitos do discurso”, que passam a constituir a fonte de relações discursivas das quais, na verdade, não são senão o portador ou o efeito. Postula uma redefinição da noção de CP alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Formação ideológica e formação discursiva

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias. Ao analisarmos a articulação da ideologia com o discurso, dois conceitos já tradicionais em AD devem ser colocados: o de formação ideológica (que abreviaremos FI) e o de formação discursiva (FD).

Para Pêcheux (1975), a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Dessa forma, é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia:

o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica na medida em que ele aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica.

Essa concepção da instância ideológica, que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do “exterior da língua”, é caudatária do trabalho de Althusser sobre as ideologias.

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”. Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a

ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. As classes sociais, assim constituídas, mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser denominou AIE. Realidades complexas, os AIE “colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe”. Num determinado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas que Haroche et al. (1971, p. 102) assim definem:

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Concebida por Foucault (1969) ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de FD representa na AD um lugar central da articulação entre língua e discurso.

Formalmente, a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento:

- a) a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1984) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opositivos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de “fechamento”, de “delimitação” das fronteiras, de uma formação discursiva, a polissemia rompe essas fronteiras, “embaralhando” os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos;
- b) o pré-construído: constitui, segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é “construído” pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí.

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender”

e que determina também “o que pode ser dito” (Courtine, 1981). Nesse sentido, o pré-construído corresponde ao “*toujours déjà-là*” da interpelação ideológica que não só fornece mas impõe à “realidade” (“o mundo das coisas”) o seu “sentido” sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação, realidade” é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da FD.

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Isso leva a constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada um sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens em uma única”. São essas constatações que levam Courtine e Marandin (1981) a concluir que:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não

consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

É em consequência dessa heterogeneidade própria a toda FD que Courtine (1982) ainda a caracteriza como uma unidade dividida que tem como princípio constitutivo a contradição, tomando como apoio a afirmação de Foucault (1969, p. 186):

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que ele se põe a falar [...], é porque ela está sempre aquém dele e ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, que ele se metamorfoseia, que ele escapa por si mesmo a sua própria continuidade. A contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade.

Dessa forma, embora uma FD determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito” buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior mesmo da “unidade” dos conjuntos de discurso.

Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade lingüística as marcas das contradições ideológicas. Repetindo ainda Foucault (1986, p. 187), “analisar o discurso

é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. É nesse sentido, ainda, que ele vê uma FD como um “espaço de dissenções múltiplas” em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade) cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamento, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam” (p. 192). Analisar o discurso é descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das suas “regras de formação”. Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma FD.

Aproximando as duas abordagens de FD feitas por Foucault e Pêcheux, Courtine vê o conceito de FD ligar contraditoriamente dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

- o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, numa dada conjuntura, no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso desta última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz do sentido” de uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no

plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados;

- o nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Trata-se do intradiscurso em que a seqüência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação (Courtine, 1981, p. 40).

Dessa forma, toda seqüência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque o estudo do intradiscurso de toda seqüência manifesta deve estar associado ao do interdiscurso da FD.

Voltemos à noção de condições de produção cuja redefinição teórica era preconizada por Pêcheux. Para romper com a concepção psicossocial das CPs de um discurso, entendida enquanto circunstâncias de um ato de comunicação e enquanto relações de lugar, ambigüamente, confundidas com o jogo em espelho de papéis interiores a uma instituição (como sugeria seu texto de 1969), coloca como uma necessidade reordenar o conceito, submetendo-o à dependência da relação que uma FD entretém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso. Para isso deverá buscar uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador.

Desenvolveremos a seguir duas noções fundamentais para a análise do discurso: a de sujeito e a de interdiscursividade.